**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

CAPÍTULO 10

COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO DE SERVIÇOS

Artigo 10.1: Definições

Para efeito deste Capítulo:

serviços de operação de aeroportos significam a prestação de serviços de operação de terminal aéreo, pista de pouso e decolagem ou outra infraestrutura aeroportuária mediante o pagamento de uma taxa ou por contrato. Os serviços de operação de aeroportos não incluem serviços de navegação aérea;

serviços de sistema de reserva computadorizado significam os serviços fornecidos por sistemas computadorizados contendo informações sobre horários, disponibilidade, tarifas e regras de tarifação das empresas de transporte aéreo, por meio dos quais é possível fazer reservas ou emitir bilhetes;

comércio transfronteiriço de serviços ou prestação de serviços transfronteiriços significa a prestação de um serviço:

- (a) do território de uma Parte para o território de outra Parte;
- (b) no território de uma Parte para uma pessoa de outra Parte;
- (c) por um cidadão de uma Parte no território de outra Parte,

mas não inclui a prestação do serviço no território de uma Parte por um investimento coberto;

empresa significa um empreendimento tal como definido no Artigo 1.3 (Definições Gerais) ou uma filial de empresa;

empresa de uma Parte significa uma empresa constituída ou organizada segundo as leis de uma Parte ou uma filial localizada no território de uma Parte que realize atividades comerciais nesse território;

serviços de assistência em terra significa a prestação dos seguintes serviços em um aeroporto, mediante o pagamento de uma taxa ou por contrato: representação, administração e supervisão de linhas aéreas; assistência a passageiros; manuseio de bagagens; serviços de rampa; catering, exceto a preparação dos alimentos; manuseio de carga e correio; abastecimento da aeronave com combustível; manutenção e limpeza da aeronave; transporte de superfície; e operações de voo, administração da tripulação e planejamento de voo. Os serviços de assistência em terra não incluem: autoassistência; segurança; manutenção da linha; reparo e manutenção de aeronaves; gestão ou operação de infraestrutura aeroportuária centralizada essencial, tais como instalações de degelo, sistema de distribuição de combustível, sistemas de manuseio de bagagens e sistemas fixos de transporte dentro do aeroporto;

medidas adotadas ou mantidas por uma Parte são as medidas adotadas ou mantidas por:

- (a) governos ou autoridades centrais, regionais ou locais; ou
- (b) entidades não governamentais no exercício de poder delegado por governos ou autoridades centrais, regionais ou locais;

venda e comercialização de serviços de transporte aéreo são as oportunidades da empresa de aviação de vender e comercializar livremente seus serviços de transporte aéreo, incluindo todos os aspectos da comercialização, tais como pesquisa de mercado, publicidade e distribuição. Essas atividades não incluem a precificação dos serviços de transporte aéreo nem as condições aplicáveis;

serviço prestado no exercício de autoridade governamental significa, para cada Parte, qualquer serviço que não é prestado em condições comerciais nem em concorrência com um ou mais prestadores de serviço;

prestador de serviço de uma Parte significa uma pessoa de uma Parte que tenta prestar ou presta um serviço; e

serviços aéreos especializados significam qualquer operação comercial especializada realizada com o uso de uma aeronave, cujo principal objetivo não é o transporte de mercadorias ou passageiros. Por exemplo: combate aéreo a incêndios, treinamento de voo, voos panorâmicos, aspersão aérea, levantamento topográfico, mapeamento, fotografia, salto de paraquedas, reboque de planadores; serviços de helicóptero para exploração madeireira e construção, bem como outros serviços aéreos relativos a agricultura, indústria e inspeção.

Artigo 10.2: Escopo

1. Este Capítulo aplica-se às medidas adotadas ou mantidas por uma Parte que afetam o comércio transfronteiriço de serviços realizado por prestadores de serviço de outra Parte. Tais medidas incluem aquelas que afetam:

- (a) a produção, distribuição, comercialização, venda ou entrega de um serviço;
- (b) a aquisição, o uso ou o pagamento de um serviço;
- (c) o acesso a e o uso de redes e serviços de distribuição, transporte ou telecomunicações relacionados com a prestação de um serviço;
- (d) a presença, no território da Parte, de um prestador de serviço de outra Parte; e
- (e) o fornecimento de um título de dívida ou outra forma de garantia financeira como condição para a prestação de um serviço.

2. Adicionalmente ao parágrafo 1:

- (a) o Artigo 10.5 (Acesso a mercados), o Artigo 10.8 (Regulamentação interna) e o Artigo 10.11 (Transparência) também se aplicarão às medidas adotadas ou mantidas por uma Parte que afetem a prestação de serviços em seu território por um investimento

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

coberto¹; e

- (a) o Anexo 10-B (Serviços de entrega rápida) também se aplicará às medidas adotadas ou mantidas por uma Parte que afetem a prestação de serviços de entrega rápida, inclusive por um investimento coberto.

3. Este Capítulo não se aplica a:

- (a) serviços financeiros definidos no Artigo 11.1 (Definições), com exceção do parágrafo 2(a), que se aplicará se o serviço financeiro for prestado por um investimento coberto que não seja um investimento coberto em uma instituição financeira conforme definido no Artigo 11.1 (Definições) no território da Parte;
- (b) compras governamentais;
- (c) serviços prestados no exercício de autoridade governamental; ou
- (d) subsídios ou verbas fornecidos por uma Parte, inclusive empréstimos, garantias e seguros patrocinados pelo governo.

4. Este Capítulo não impõe nenhuma obrigação a uma Parte com respeito a um cidadão de outra Parte que procure acessar seu mercado de trabalho ou que tenha emprego permanente em seu território e nem confere direito algum a esse cidadão com respeito a tal acesso ou emprego.

5. Este Capítulo não se aplica aos serviços aéreos, inclusive os de transporte aéreo nacional e internacional, quer sejam regulares ou não, nem aos serviços correspondentes de apoio aos serviços aéreos, com exceção dos seguintes:

- (a) serviços de reparo e manutenção de aeronaves durante os quais a aeronave é retirada de serviço, excluindo-se a chamada manutenção da linha;
- (b) venda e comercialização de serviços de transporte aéreo;
- (c) serviços de sistema de reserva computadorizado;
- (d) serviços aéreos especializados;
- (e) serviços de operação de aeroportos; e
- (f) serviços de assistência em terra.

6. Em caso de alguma incoerência entre este Capítulo e um acordo de serviços aéreos bilateral, plurilateral ou multilateral do qual participem duas ou mais Partes, o

¹ Para maior certeza, nada neste Capítulo, inclusive os Anexos 10-A (Serviços profissionais), 10-B (Serviços de entrega expressa) e 10-C (Mecanismo de catraca [*ratchet*] das medidas não conformes) estará sujeito a solução de controvérsias entre investidor e Estado segundo a Seção B do Capítulo 9 (Investimento).

acordo de serviços aéreos deverá prevalecer na determinação de direitos e obrigações das Partes em tal acordo de serviços aéreos.

7. Se duas ou mais Partes tiverem as mesmas obrigações segundo este Acordo e segundo um acordo de serviços aéreos bilateral, plurilateral ou multilateral, tais Partes só poderão invocar os procedimentos de solução de controvérsias deste Acordo depois que todos os procedimentos de solução de controvérsias do outro acordo tiverem sido esgotados.

8. Se o *Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo* do Gats sofrer emendas, as Partes deverão analisar conjuntamente todas as novas definições com o objetivo de alinhar as definições contidas neste Acordo com aquelas definições, se apropriado.

Artigo 10.3: Tratamento nacional²

1. Cada Parte deverá dar aos serviços e prestadores de serviço da outra Parte tratamento não menos favorável do que o que dá, em circunstâncias semelhantes, aos seus próprios serviços e prestadores de serviço.

2. Para maior certeza, o tratamento a ser dado por uma Parte segundo o parágrafo 1 significa, com relação a um governo regional, tratamento não menos favorável do que o tratamento mais favorável dado, em circunstâncias semelhantes, por aquele governo regional aos prestadores de serviço da Parte da qual faz parte.

Artigo 10.4: Tratamento de nação mais favorecida

Cada Parte deverá dar aos serviços e prestadores de serviço da outra Parte tratamento não menos favorável do que o que dá, em circunstâncias semelhantes, aos serviços e prestadores de serviço de qualquer outra Parte ou de uma não Parte.

Artigo 10.5: Acesso a mercados

Nenhuma Parte adotará ou manterá, em uma subdivisão regional ou em seu território inteiro, medidas que:

- (a) imponham limitações em:
 - (i) número de prestadores de serviços, seja na forma de quotas numéricas, monopólios, prestadores de serviços exclusivos ou exigência de teste de necessidades econômicas;
 - (ii) valor total das transações de serviços ou ativos na forma de quotas numéricas ou exigência de teste de necessidades econômicas;
 - (iii) número total de operações de serviço ou quantidade total de produção de serviços expressa em termos de unidades numéricas

² Para maior certeza, o tratamento a ser dado em “circunstâncias semelhantes” segundo o Artigo 10.3 (Tratamento nacional) ou o Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida) dependerá da totalidade das circunstâncias, inclusive se o tratamento pertinente faz distinção entre serviços ou prestadores de serviço com base em objetivos legítimos de bem-estar público.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

designadas na forma de quotas ou exigência de teste de necessidades econômicas³; ou

- (i) número total de pessoas físicas que podem ser empregadas em um determinado setor de serviços ou que um prestador de serviço possa empregar e que são necessárias para, e diretamente relacionadas com, a prestação de um serviço específico na forma de quotas numéricas ou a exigência de teste de necessidades econômicas; ou
- (b) restrinjam ou exijam tipos específicos de pessoa jurídica ou joint venture por meio da qual um prestador de serviços pode prestar um serviço.

Artigo 10.6: Presença local

Nenhuma Parte exigirá de um prestador de serviço de outra Parte que estabeleça ou mantenha um escritório de representação ou qualquer forma de empresa, nem que seja residente em seu território, como condição para a prestação transfronteiriça de um serviço.

Artigo 10.7: Medidas não conformes

1. O Artigo 10.3 (Tratamento nacional), o Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida), o Artigo 10.5 (Acesso a mercados) e o Artigo 10.6 (Presença local) não se aplicarão a:

- (a) nenhuma medida não conforme existente que seja mantida por uma Parte em:
 - (i) nível central de governo, conforme estipulado por essa Parte em sua Lista do Anexo I;
 - (ii) nível regional de governo, conforme estipulado por essa Parte em sua Lista do Anexo I; ou
 - (iii) nível local de governo;
- (b) continuação ou pronta renovação de qualquer medida não conforme a que se refere o subparágrafo (a); ou
- (c) modificação de qualquer medida não conforme a que se refere o subparágrafo (a) caso a modificação não diminua a conformidade da medida, em relação ao que era imediatamente antes da modificação, com o Artigo 10.3 (Tratamento nacional), Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida), Artigo 10.5 (Acesso a mercados) ou Artigo

³ O subparágrafo (a)(iii) não cobre as medidas de uma Parte que limitam subsídios para a prestação de serviços.

10.6 (Presença local).⁴

2. O Artigo 10.3 (Tratamento nacional), o Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida), o Artigo 10.5 (Acesso a mercados) e o Artigo 10.6 (Presença local) não se aplicarão a nenhuma medida que uma Parte adote ou mantenha com respeito a setores, subsetores ou atividades, conforme estipulado por aquela Parte em sua Lista no Anexo II.

3. Se uma Parte considerar que uma medida não conforme aplicada por um nível regional de governo de outra Parte, conforme mencionado no subparágrafo 1 (a)(ii), cria um impedimento importante para a prestação transfronteiriça de serviços em relação à primeira Parte, ela poderá solicitar consultas a respeito da medida. Essas Partes farão consultas para trocar informações sobre a operação da medida e para considerar se medidas adicionais são necessárias e apropriadas.⁵

Artigo 10.8: Regulamentação interna

1. Cada Parte deverá assegurar que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de forma razoável, objetiva e imparcial.

2. Para garantir que as medidas relativas a requisitos e procedimentos de qualificação, normas técnicas e exigência de licenças não constituam barreiras desnecessárias ao comércio de serviços e, ao mesmo tempo, reconhecer o direito de regulamentar e de introduzir novas regulamentações sobre prestação de serviços para satisfazer seus objetivos de política, cada Parte procurará assegurar que as medidas que venha a adotar ou manter:

(a) baseiem-se em critérios objetivos e de transparência, tais como competência e capacidade para prestar o serviço; e

(b) no caso de procedimentos de licenciamento, não constituam em si mesmas uma restrição à prestação do serviço.

3. Ao determinar se uma Parte está em conformidade com suas obrigações nos termos do parágrafo 2, as normas internacionais de organizações internacionais pertinentes aplicadas por essa Parte serão levadas em conta.⁶

4. Se uma Parte solicitar autorização para a prestação de um serviço, deverá assegurar que suas autoridades competentes;

(a) dentro de um prazo razoável após a apresentação de uma

⁴ Com respeito ao Vietnã, o Anexo 10-C se aplica.

⁵ Para maior certeza, uma Parte pode solicitar consultas a outra Parte sobre medidas não conformes aplicadas pelo governo central, conforme mencionado no subparágrafo 1 (a)(i).

⁶ “Organizações internacionais pertinentes” são organismos internacionais cuja filiação está aberta aos órgãos pertinentes de pelo menos todas as Partes do Acordo.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

solicitação considerada completa de acordo com suas leis e regulamentações, informem ao solicitante a decisão referente à solicitação;

- (b) na medida do praticável, estabeleçam um prazo indicativo para o processamento de uma solicitação;
- (c) se uma solicitação for rejeitada, na medida do possível, informem o solicitante sobre os motivos da rejeição, quer seja diretamente ou a pedido, conforme apropriado;
- (d) a pedido do solicitante, forneçam, sem demora indevida, informações sobre o andamento da solicitação;
- (e) na medida do praticável, deem ao solicitante a oportunidade de corrigir pequenos erros ou omissões na solicitação e procurem fornecer orientação sobre as informações adicionais solicitadas; e
- (f) se considerarem apropriado, no lugar dos documentos originais, aceitem cópias de documentos que sejam autenticadas de acordo com as leis da Parte.

5. Cada Parte assegurará que toda taxa de autorização cobrada por quaisquer de suas autoridades competentes seja razoável, transparente e não restrinja, em si mesma, a prestação do serviço pertinente.⁷

6. Se as exigências de licença ou qualificação incluírem a realização de um exame, cada Parte garantirá que:

- (a) o exame seja agendado em intervalos razoáveis; e
- (b) seja dado um período de tempo razoável para permitir que as pessoas interessadas apresentem uma solicitação.

7. Cada Parte garantirá a existência de procedimentos internos para avaliar a competência dos profissionais de outra Parte.

8. Os parágrafos 1 a 7 não se aplicarão aos aspectos não conformes das medidas que não estejam sujeitas às obrigações citadas no Artigo 10.3 (Tratamento nacional) ou Artigo 10.5 (Acesso a mercados) em razão de uma entrada na Lista de uma Parte no Anexo I, ou medidas que não estejam sujeitas às obrigações citadas no Artigo 10.3 (Tratamento nacional) ou Artigo 10.5 (Acesso a mercados) em razão de uma entrada na Lista de uma Parte no Anexo II.

9. Se os resultados das negociações relativas ao parágrafo 4 do Artigo VI do Gats ou os resultados de qualquer negociação similar realizada em outros fóruns multilaterais

⁷ Para efeitos deste parágrafo, as taxas de autorização não incluem taxas para o uso de recursos naturais, pagamentos de leilão, licitação ou outros meios não discriminatórios de adjudicação de concessões ou contribuições obrigatórias para a prestação de um serviço universal.

dos quais as Partes participam entrarem em vigor, as Partes deverão analisar esses resultados conjuntamente para efetivá-los, se apropriado, conforme previsto neste Acordo.

Artigo 10.9 Reconhecimento

1. Para fins do cumprimento, no todo ou em parte, de critérios ou normas de uma Parte para autorização, licenciamento ou certificação de prestadores de serviço, e sujeita às exigências do parágrafo 4, a Parte poderá reconhecer a formação ou experiência obtida, os requisitos atendidos ou as licenças ou certificações concedidas no território de outra Parte ou de uma não Parte. Tal reconhecimento, que pode ser obtido mediante harmonização ou de outro modo, poderá basear-se em um acordo ou acerto com a Parte ou não Parte em questão ou poderá ser concedido de forma autônoma.

2. Se uma Parte reconhecer, de forma autônoma ou por acordo ou acerto, a formação ou experiência obtida, os requisitos atendidos ou as licenças ou certificações concedidas no território de outra Parte ou de uma não Parte, nada no Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida) deverá ser interpretado no sentido de exigir que a Parte reconheça a formação ou experiência obtida, os requisitos atendidos ou as licenças ou certificações concedidas no território de qualquer outra Parte.

3. Uma Parte que participe de um acordo ou acerto do tipo a que se refere o parágrafo 1, seja ele existente ou futuro, deverá dar à outra Parte, se solicitada, a oportunidade adequada de negociar sua adesão a tal acordo ou acerto ou de negociar um acordo ou acerto comparável. Se uma Parte outorgar reconhecimento de forma autônoma, deverá dar à outra Parte a oportunidade adequada de demonstrar que a formação, a experiência, as licenças ou certificações obtidas ou os requisitos atendidos no território dessa outra Parte devem ser reconhecidos.

4. Nenhuma Parte outorgará reconhecimento de maneira a constituir um meio de discriminação entre as Partes, ou entre Partes e não Partes, na aplicação de seus critérios ou normas para autorização, licenciamento ou certificação de prestadores de serviço, nem de forma a constituir uma restrição disfarçada ao comércio de serviços.

5. Conforme estabelecido no Anexo 10-A (Serviços profissionais), as Partes deverão se empenhar para facilitar o comércio de serviços profissionais, inclusive com o estabelecimento de um Grupo de Trabalho de Serviços Profissionais.

Artigo 10.10: Negação de benefícios

1. Uma Parte pode negar os benefícios deste Capítulo a um prestador de serviços de outra Parte se o prestador de serviços for uma empresa pertencente ou controlada por pessoas de uma não Parte e a Parte que nega adota ou mantém medidas com respeito à não Parte ou a uma pessoa da não Parte que proíbem transações com a empresa ou que seriam violadas ou burladas se os benefícios deste Capítulo fossem outorgados à empresa.

2. Uma Parte pode negar os benefícios deste Capítulo a um prestador de serviços de outra Parte se o prestador de serviços for uma empresa pertencente ou controlada por pessoas de uma não Parte ou por pessoas da Parte que nega, que não tem atividades comerciais substanciais no território de qualquer Parte que não seja a Parte que nega.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Artigo 10.11: Transparência

1. Cada Parte manterá ou estabelecerá mecanismos adequados para responder às consultas das pessoas interessadas a respeito de suas regulamentações relacionadas ao conteúdo deste Capítulo.⁸
2. Se uma Parte não notificar previamente e não oferecer a oportunidade para comentários de acordo com o Artigo 26.2.2 (Publicação) com respeito às regulamentações relacionadas ao conteúdo deste Capítulo, ela, na medida do possível, deverá fornecer notificação por escrito ou de outra forma aos interessados sobre as razões para não proceder assim.
3. Na medida do possível, cada parte estipulará um prazo razoável entre a publicação das regulamentações finais e a data em que entrarão em vigor.

Artigo 10.12: Pagamentos e transferências⁹

1. Cada Parte permitirá que todas as transferências e pagamentos relacionados com a prestação de serviços para outro país sejam feitos gratuitamente e sem demora, dentro e fora de seu território.
2. Cada Parte permitirá que as transferências e pagamentos relacionados com a prestação de serviços para outro país sejam feitos em moeda de livre circulação e na taxa de câmbio vigente no mercado na época da transferência.
3. Não obstante os parágrafos 1 e 2, uma Parte poderá impedir ou atrasar uma transferência ou pagamento por meio da aplicação equitativa, não discriminatória e de boa fé de suas leis¹⁰ relacionadas com:
 - (a) falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;
 - (b) emissão, comércio ou operação de valores mobiliários, futuros, opções ou derivativos;
 - (c) relatórios financeiros ou manutenção do registro de transferências, se necessário, para colaborar na aplicação da lei ou com as autoridades financeiras reguladoras;
 - (d) infrações criminais ou penais; ou

⁸ A implementação da obrigação de manter ou estabelecer mecanismos adequados pode precisar levar em consideração as restrições de orçamento e recursos de pequenas agências administrativas.

⁹ Para maior certeza, este Artigo está sujeito ao Anexo 9-E (Transferências).

¹⁰ Para maior certeza, este Artigo não exclui a aplicação equitativa, não discriminatória e de boa fé das leis de uma Parte relacionadas com a Previdência Social, aposentadoria pública ou programas de poupança compulsória.

- (e) garantia de cumprimento de ordens ou decisões judiciais em casos judiciais ou procedimentos administrativos.

Artigo 10.13: Outros assuntos

As Partes reconhecem a importância dos serviços aéreos para facilitar a expansão do comércio e favorecer o crescimento econômico. Cada Parte pode considerar trabalhar com outras Partes em fóruns apropriados para a liberalização dos serviços aéreos como, por exemplo, por meio de acordos, permitindo que as empresas aéreas tenham flexibilidade para escolher suas rotas e frequências.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Anexo 10-A

Serviços profissionais

Disposições gerais

1. Cada Parte consultará os órgãos competentes em seu território para procurar identificar serviços profissionais quando duas ou mais Partes estiverem mutuamente interessadas em estabelecer diálogos sobre questões relacionadas ao reconhecimento de qualificações profissionais, licenças ou registros.
2. Cada Parte incentivará seus órgãos competentes a estabelecer diálogos com os órgãos competentes de outras Partes, com vistas a reconhecer as qualificações profissionais e facilitar os procedimentos de obtenção de licenças ou registros.
3. Cada Parte incentivará seus órgãos competentes a levar em consideração os acordos relacionados aos serviços profissionais no desenvolvimento de acordos sobre o reconhecimento de qualificações profissionais, licenças e registros.
4. Uma Parte pode considerar, se viável, tomar providências para implementar um esquema de reconhecimento de licença ou registro que seja temporário ou específico de um projeto com base em uma licença doméstica do fornecedor estrangeiro ou filiação em organização profissional reconhecida, sem a necessidade de exame escrito adicional. Não é recomendável que esse esquema de licença temporária ou limitada sirva para impedir um fornecedor estrangeiro de obter uma licença local, desde que o fornecedor em questão satisfaça as exigências para a obtenção de licença local.

Serviços de engenharia e arquitetura

5. Além do parágrafo 3, as Partes reconhecem o trabalho da Apec para promover o reconhecimento mútuo de competência profissional em engenharia e arquitetura, bem como a mobilidade profissional dessas profissões, segundo a estrutura de Engenheiros e Arquitetos da Apec.
6. Cada Parte incentivará seus órgãos competentes a obter autorização para operar os Registros de Engenheiros e Arquitetos da Apec.
7. Cada Parte incentivará seus órgãos competentes que operam os Registros de Engenheiros ou Arquitetos da Apec a entrar em acordos de reconhecimento mútuo com os órgãos competentes de outras Partes que operam esses registros.

Licença ou registro temporário de engenheiros

8. Além do parágrafo 4, ao tomar providências para implementar um esquema temporário ou específico de um projeto para reconhecimento de licença ou registro para engenheiros, uma Parte consultará seus órgãos profissionais competentes com respeito a qualquer recomendação para:
 - (a) o desenvolvimento de procedimentos para licença ou registro temporário de engenheiros da outra Parte para permitir que

desenvolvam suas especialidades de engenharia em seu território;

- (b) o desenvolvimento de procedimentos-modelo a serem adotados em todo o território pelas autoridades competentes com o objetivo de facilitar a obtenção de licença ou registro temporário desses engenheiros;
- (c) as especialidades de engenharia que devem ser priorizadas no desenvolvimento dos procedimentos de licença ou registro temporário;
e
- (d) outros assuntos relacionados com a licença ou registro temporário de engenheiros identificados nas consultas.

Serviços jurídicos

9. As Partes reconhecem que os serviços jurídicos transnacionais que cobrem as leis de diversas jurisdições desempenham papel essencial na facilitação do comércio e do investimento, bem como na promoção do crescimento econômico e da confiança empresarial.

10. Quando uma Parte regulamenta ou busca regulamentar advogados estrangeiros e o exercício da profissão jurídica transnacional, a Parte incentivará seus órgãos competentes a considerar, de acordo com suas leis e regulamentos, se ou de que forma:

- (a) os advogados estrangeiros podem exercer o direito internacional com base em seu direito de exercer a profissão em sua jurisdição de origem;
- (b) os advogados estrangeiros podem se preparar e aparecer nos processos legais de arbitragem comercial, conciliação e mediação;
- (c) as normas éticas, disciplinares e de conduta locais aplicáveis aos advogados estrangeiros não são mais onerosas para os mesmos do que os requisitos impostos aos advogados nacionais (país anfitrião);
- (d) as alternativas de exigências mínimas de residência são fornecidas para os advogados estrangeiros, tais como as exigências de que os advogados em questão revelem aos clientes seu status como advogado estrangeiro ou mantenham um seguro de indenização profissional ou informem, alternativamente, aos clientes que não possuem esse seguro;
- (e) as seguintes modalidades de prestação de serviços jurídicos transnacionais são admitidas:
 - (i) por meio de viagens temporárias ao país;
 - (i) por meio do uso de tecnologia da internet ou de telecomunicações;
 - (ii) por meio do estabelecimento de uma presença comercial; e
 - (iii) por meio de viagens temporárias ao país e uma ou duas das outras modalidades listadas nos subparágrafos (ii) e (iii);

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (f) os advogados estrangeiros e nacionais (país anfitrião) podem trabalhar juntos na entrega de serviços jurídicos transnacionais totalmente integrados; e
- (g) um escritório estrangeiro de advocacia pode usar o nome jurídico de sua escolha.

Grupo de trabalho de serviços profissionais

11. As Partes estabelecem, por este documento, um Grupo de Trabalho de Serviços Profissionais (Grupo de Trabalho), formado por representantes de cada Parte, para facilitar as atividades listadas nos parágrafos 1 a 4.

12. O Grupo de Trabalho, conforme apropriado, colaborará para apoiar os órgãos profissionais e reguladores competentes das Partes na realização das atividades listadas nos parágrafos 1 a 4. Este apoio pode incluir o fornecimento de pontos de contato, a facilitação de reuniões e o fornecimento de informações relacionadas com a regulamentação dos serviços profissionais nos territórios das Partes.

13. O Grupo de Trabalho realizará reuniões anuais, ou como acordado pelas Partes, para discutir os avanços em relação aos objetivos nos parágrafos 1 a 4. Para uma reunião ser realizada, é necessário, no mínimo, a participação de duas Partes. Não é necessária a participação de representantes de todas as Partes para que uma reunião do Grupo de Trabalho seja realizada.

14. O Grupo de Trabalho prestará contas à Comissão sobre seus avanços e o futuro rumo do trabalho dentro de dois anos da data da entrada em vigor deste Acordo.

15. As decisões do Grupo de Trabalho terão efeito somente em relação às Partes que participaram da reunião na qual a decisão foi tomada, salvo se:

- (a) acordado de outra forma por todas as Partes; ou
- (b) uma Parte que não participou da reunião peça para ser incluída na decisão e todas as Partes cobertas originalmente concordem.

Anexo 10-B

Serviços de entrega rápida

1. Para efeito deste Anexo, **serviços de entrega rápida** são serviços de coleta, transporte e entrega de documentos, material impresso, pacotes, mercadorias ou outros itens, com rapidez, inclusive com rastreamento e controle desses itens durante a prestação do serviço. Os serviços de entrega rápida não incluem serviços de transporte aéreo, serviços prestados no exercício de autoridade governamental, nem serviços de transporte marítimo.¹¹
2. Para efeito deste Anexo, **monopólio postal** significa uma medida mantida por uma Parte tornando um operador postal no território da Parte prestador exclusivo de serviços de coleta, transporte e entrega especificados.
3. Cada Parte que mantém monopólio postal definirá o alcance do monopólio com base em critérios objetivos, inclusive critérios quantitativos como preços ou pesos mínimos.¹²
4. As Partes confirmam o desejo de manter pelo menos o nível de abertura do mercado de serviços de entrega rápida que cada uma oferece na data de assinatura deste Acordo. Consultas podem ser solicitadas se uma Parte considerar que a outra Parte não está mantendo o nível de abertura do mercado A outra Parte fornecerá a oportunidade

11 Para maior certeza, os serviços de entrega rápida não incluem: (a) para a Austrália, os serviços reservados para serem prestados exclusivamente pelo Correio da Austrália, conforme estabelecido na Lei das Empresas de Correio da Austrália, de 1989, e suas legislações e regulamentos subordinados; (b) para Brunei Darussalam, direitos exclusivos reservados para coleta e entrega de correspondência pelo Departamento de Serviços Postais, conforme estabelecido na Lei dos Correios (Capítulo 52 das Leis de Brunei), nas Diretrizes para Solicitação de Licença para Prestação de Serviço Local de Entrega Rápida (2000) e nas Diretrizes para Solicitação de Licença para Prestação de Serviço Internacional de Entrega Rápida (2000); (c) para o Canadá, os serviços reservados para serem prestados exclusivamente pela Empresa de Correio do Canadá conforme estabelecido na Lei das Empresas de Correio do Canadá e seus regulamentos; (d) para o Japão, os serviços de entrega de correspondência dentro do que determina a Lei sobre Entrega de Correspondência por Operadores Privados (Lei No. 99/2002) que não sejam os serviços de entrega de correspondência especial conforme estabelecido no Artigo 2, parágrafo 7 da lei; (e) para a Malásia, direitos exclusivos reservados para coleta e entrega de correspondência pelos Serviços Postais da Malásia conforme previsto na Lei de Serviços Postais de 2012; (f) para o México, os serviços de correspondência reservados para serem prestados exclusivamente pelo Serviço Postal do México conforme estabelecido nas leis e regulamentos postais mexicanos, assim como os serviços de transporte de carga, conforme estabelecido no Título III sobre Estradas, Pontes e a Lei Federal de Transporte de Cargas e seus regulamentos; (g) para a Nova Zelândia, o serviço de correspondência rápida e serviços de correspondência doméstica de prioridade equivalente; (h) para Cingapura, os serviços postais conforme estabelecido na Lei de Serviços Postais (Cap. 237A) 2000 e determinados serviços de entrega rápida de correspondência que são administrados pelos Regulamentos dos Serviços Postais (Licença de Classe), 2005; (i) para os Estados Unidos, a entrega de correspondência por rotas postais sujeita a 18 U.S.C. 1693–1699 e 39 U.S.C. 601–606, mas inclui a entrega de correspondência sujeita às exceções neles contidas; e (j) para o Vietnã, os serviços reservados conforme estabelecido na Lei Postal dos Correios do Vietnã e documentos jurídicos pertinentes.

12 Para maior certeza, as Partes entendem que o alcance do monopólio postal do Chile é definido com base em critérios objetivos pelo Decreto 5037 (1960) e que a capacidade dos prestadores para prestar serviços de entrega no Chile não é limitada pelo Decreto.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês
para efeito de precisão, clareza e coerência
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

adequada para consultas e, na medida do possível, dará informações em resposta a questões relacionadas com o nível de abertura do mercado e qualquer outro assunto relacionado.

5. Nenhuma Parte permitirá a um prestador de serviços cobertos por monopólio postal fornecer subsídios cruzados ao seu próprio prestador de serviços de entrega rápida ou a qualquer outro concorrente com rendimentos provenientes de serviços de monopólio postal.¹³

6. Cada Parte garantirá que qualquer prestador de serviços cobertos por monopólio postal não abuse de sua posição de monopólio para atuar no território da Parte de forma não condizente com os compromissos assumidos pela Parte segundo o Artigo 9.4 (Tratamento nacional), Artigo 10.3 (Tratamento nacional) ou Artigo 10.5 (Acesso a mercados) com respeito à prestação de serviços de entrega rápida.¹⁴

7. Nenhuma Parte deverá:

- (a) solicitar um prestador de serviços de entrega rápida de outra Parte, como condição para conceder autorização ou licença, para prestar um serviço postal universal básico; ou
- (b) estabelecer taxas ou outros encargos exclusivamente para prestadores de serviços de entrega rápida para efeito de financiar a prestação de outro serviço de entrega rápida.¹⁵

8. Cada Parte garantirá que nenhuma autoridade responsável pela regulamentação dos serviços de entrega rápida seja responsável por nenhum prestador de serviços de entrega rápida e que as autoridades adotem decisões e procedimentos imparciais, não discriminatórios e transparentes com respeito a todos os prestadores de serviços de entrega rápida em seu território.

13 No caso do Vietnã, esta obrigação não se aplicará até três anos após a data da entrada em vigor deste Acordo para esse país. Durante esse período, se uma Parte entender que o Vietnã está permitindo subsídios cruzados, poderá solicitar consultas. O Vietnã oferecerá a oportunidade adequada para consultas e, na medida do possível, dará informações em resposta a questões relativas ao subsídio cruzado.

14 Para maior certeza, um prestador de serviços cobertos por monopólio postal que exerce o direito ou privilégio compatível ou associado com sua posição de monopólio de maneira condizente com os compromissos da Parte listados neste parágrafo com respeito aos serviços de entrega rápida não está agindo de forma não condizente com este parágrafo.

15 Este parágrafo não deverá ser interpretado para impedir uma Parte de impor taxas não discriminatórias a prestadores de serviços de entrega com base em critérios objetivos e razoáveis, nem de avaliar taxas ou outros encargos sobre os serviços de entrega rápida de seu próprio prestador de serviços cobertos por monopólio postal.

Anexo 10-A

Mecanismo de catraca (*ratchet*) das medidas não conformes

Não obstante o Artigo 10.7.1(c) (Medidas não conformes), para o Vietnã, pelo período de três anos após a data da entrada em vigor deste Acordo:

- (a) o Artigo 10.3 (Tratamento nacional), o Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida), o Artigo 10.5 (Acesso a mercados) e o Artigo 10.6 (Presença local) não se aplicarão à modificação de qualquer medida não conforme a que se refere o Artigo 10.7.1 (a) (Medidas não conformes) caso a modificação não diminua a conformidade da medida, em relação ao que era na data da entrada em vigor deste Acordo para o Vietnã, com o Artigo 10.3 (Tratamento nacional), Artigo 10.4 (Tratamento de nação mais favorecida), Artigo 10.5 (Acesso a mercados) ou Artigo 10.6 (Presença local);
- (b) O Vietnã não retirará um direito ou benefício de um prestador de serviços de outra Parte, com base em que o prestador de serviços tenha tomado qualquer ação concreta,¹⁶ por meio da modificação de qualquer medida não conforme a que se refere o Artigo 10.7.1(a) (Medidas não conformes) que reduza a conformidade da medida em relação à que existia imediatamente antes da modificação; e
- (c) O Vietnã fornecerá às outras Partes os detalhes de qualquer modificação de qualquer medida não conforme a que se refere o Artigo 10.7.1(a) (Medidas não conformes) que reduziria a conformidade da medida, em relação à que existia imediatamente antes da modificação, pelo menos 90 dias antes da modificação ser feita.

¹⁶ Ações concretas incluem a canalização de recursos ou capital a fim de estabelecer ou ampliar um negócio e solicitar permissões e licenças.